

SUMÁRIO

Apresentação.....	02
1- Identificação	
1.1- Identificação da Unidade.....	03
1.2- Estrutura organizacional da unidade.....	04
1.3- Equipe administrativa.....	05
1.4- Identificação das unidades – Delegacias.....	06
2- Responsabilidades institucionais	
2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	07
3- Estratégia de atuação	
3.1 Principais objetivos definidos para 2007.....	11
4- Gestão e programas e ações	
4.1.1 Programa 1386.....	14
4.1.2 Programa 0663.....	18
4.1.3 Programa 0750.....	27
4.2 Ações desenvolvidas: aspectos positivos e negativos na execução dos programas.....	30
5- Desempenho operacional	
5.1 Indicadores.....	33
5.2 Análise crítica dos resultados.....	33
5.3 Dados do Espírito Santo.....	36
6- Previdência complementar patrocinada.....	39
7- Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	40
Anexo A – Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais.....	41
Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades.....	42
Anexo C – Despesa com cartão de crédito corporativo.....	43
Anexo D – Recomendações de órgão de controle.....	47
Anexo E – Transferências realizadas.....	53
Anexo F – Encaminhamento ao órgão de controle interno dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão, admissão e desligamento.....	54
Conclusão.....	55

Apresentação

O Relatório de Gestão é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a NE/SFCI/CGU/PR nº 05 de 28 de dezembro de 2007, a IN/TCU nº 47/2004 e DN/TCU nº 85/2007 e 88/2007, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

Neste documento, procuramos relatar as principais realizações, as dificuldades encontradas e sobretudo os recursos aplicados. Apontamos as principais necessidades a serem enfrentadas no decorrer deste exercício.

Com o presente trabalho, a 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício de 2007 com o sentimento do dever cumprido. A certeza de ter cumprido sua missão institucional de salvar vidas e combater a criminalidade nas rodovias federais que cortam nosso estado.

Ao longo do exercício, foram desenvolvidas atividades de elevado alcance social, comprometidas com a segurança das pessoas e bens, a cidadania, e a integridade física.

Não obstante o trabalho realizado no decorrer de 2007, sabemos das limitações estruturais e financeiras por que passamos. A necessidade de um maior efetivo. Novos e modernos equipamento são necessários na redução dos alarmantes índices de acidentes em nossas rodovias.

Assim, seguiremos perseguindo uma melhora contínua no ano de 2008. Ampliando e corrigindo objetivos. Sempre visando ao cumprimento de nossas responsabilidades constitucionais.

FÁBIO DE RODRIGUES DA SILVA
Superintendente Regional

1 -IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Identificação da Unidade

Nome completo da Unidade:

12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Natureza Jurídica:

Órgão da administração direta do Poder Executivo.

Vinculação Ministerial.

Ministério da Justiça

Unidade gestora utilizada no SIAFI:

200126 – 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

Códigos das UJ abrangidas:

Não consolida outras Unidades.

Endereço da Sede:

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.214, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP 29052-120.

Situação da unidade quanto ao funcionamento:

Em funcionamento.

Função de governo predominante:

Segurança Pública.

Norma de criação e finalidade da Unidade:

Art. 144 da Constituição Federal, Lei nº 9.503 (Código de Transito Brasileiro) e Decreto nº 1.655 de 03 de outubro de 1995.

Número do CNPJ:

003.94494/0121-42.

Código da UJ titular do Relatório:

200109 Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF

Endereço da página institucional na Internet:

www.dprf.gov.br

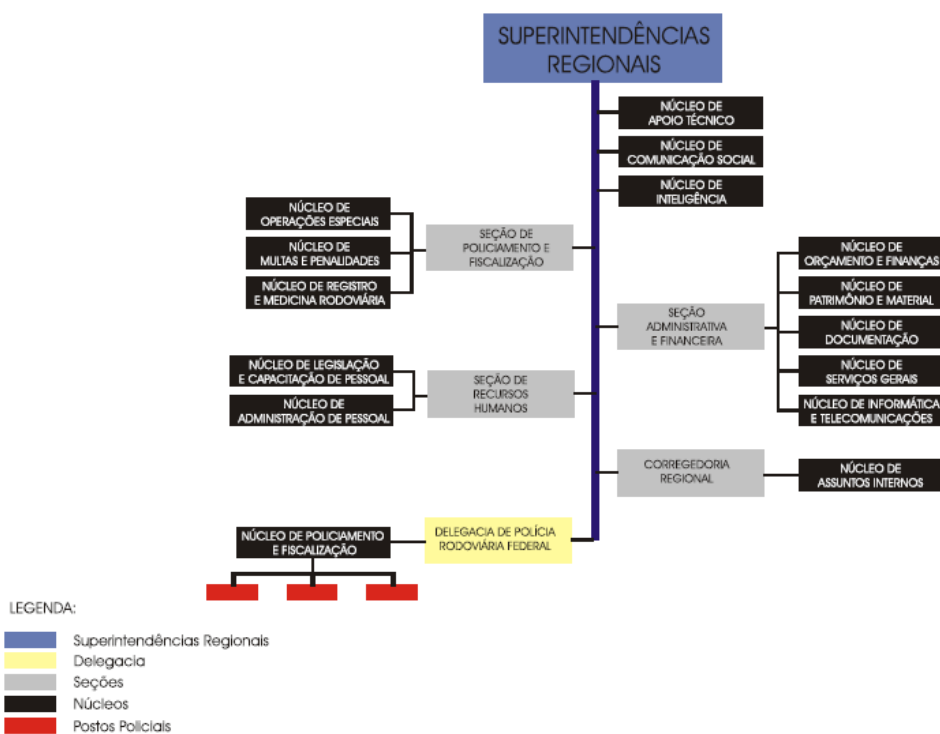
Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:

Regimento interno instituído pela Portaria nº 1.375 de 02 de agosto de 2007.

Publicação no DOU do Regimento Interno:

Diário Oficial de União nº 150 de 06 de agosto de 2007.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE



1.3 - EQUIPE ADMINISTRATIVA:

FUNÇÃO: SUPERINTENDENTE REGIONAL DE PRF

OCUPANTE: **FABIO RODRIGUES DA SILVA**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

OCUPANTE: **EDMAR MOREIRA CAMATA**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

OCUPANTE: **WLISSES MAIOLI PGNATON**

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

OCUPANTE: **ROGER GOUVEIA VASCONCELOS**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

OCUPANTE: **MARCOS ROGÉRIO DE ALMEIDA AGUIAR**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

OCUPANTE: **MARCELO RAMOS DE OLIVEIRA**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE REGISTRO E MEDICINA RODOVIÁRIA

OCUPANTE: **RICHELI FREITAS BARBARA**

FUNÇÃO: CHEFE DA SEÇÃO DE CORREGEDORIA REGIONAL

OCUPANTE: **ARGEU JOSÉ VIEIRA FRITTOLE RANGEL**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNO

OCUPANTE: **FABRÍCIO BARROS GOMES DE LIMA**

FUNÇÃO: CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

OCUPANTE: **OTON LUIS RODRIGUES DE CARVALHO**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

OCUPANTE: **AIRTON DE OLIVEIRA**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

OCUPANTE: **CLAUDIO MARCOS DIAS CURVELLO**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

OCUPANTE: **ELAINE BRAZIELAS DE AZEVEDO**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS

OCUPANTE: **ROBERTO BARTOLINI COUTINHO**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES

OCUPANTE: **JOSÉ CARLOS SANTOS FERREIRA**

FUNÇÃO: CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

OCUPANTE: **ANDRÉA CRISTINA REGIS RIBEIRO SECCHES**

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

OCUPANTE: VALNIR BORGES DA ROCHA

FUNÇÃO: CHEFE DO NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

OCUPANTE: EDIMAR KLEIN

FUNÇÃO: CHEFE DA 1ª DELEGACIA REGIONAL DE PRF

OCUPANTE: MARCOS WIRIS RAINHA

FUNÇÃO: CHEFE DO NUCLEO DE POL. E FISCALIZAÇÃO DA 12/1 DRPRF

OCUPANTE: LUIZ FERNANDO DE ARAÚJO SCHINAIDER PADILLA

FUNÇÃO: CHEFE DA 2ª DELEGACIA REGIONAL DE PRF

OCUPANTE: CARLOS ANTONIO DO AMARAL RAMOS

FUNÇÃO: CHEFE DO NUCLEO DE POL. E FISCALIZAÇÃO DA 12/ 2 DRPRF

DESIGNAÇÃO: ANTONIO CARLOS MONTEIRO SOARES

FUNÇÃO: CHEFE DA 3ª DELEGACIA REGIONAL DE PRF

OCUPANTE: FÁBIO LACERDA DE ALMEIDA

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL NUCLEO DE POL. E FISCALIZAÇÃO DA 12/3 DRPRF

OCUPANTE: LEONARDO FERREIRA DA ROCHA

FUNÇÃO: CHEFE DA 4ª DELEGACIA REGIONAL DE PRF

OCUPANTE: FÁBIO MACHADO VIDOTO

FUNÇÃO: RESPONSÁVEL NUCLEO DE POL. E FISCALIZAÇÃO DA 12/ 4 DRPRF

OCUPANTE: WASHINGTON ANTÔNIO OLIVEIRA GOMES

1.4 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES - DELEGACIAS

	1ª Delegacia	2ª Delegacia	3ª Delegacia	4ª Delegacia
Localização	Viana	Serra	Guarapari	Linhares
Malha viária	231 Km	188,8 Km	144,9 Km	200 Km
Postos	Viana e Ibatiba	Serra	Guarapari e Safra	Linhares e São Mateus
Efetivo policial	55	42	39	40
Efetivo administrativo	07	02	02	09
Terceirizados Apoio adm.	00	01	01	00
Terceirizado limpeza	02	02	02	03
Terceirizado Segurança	02	04	04	04
Quantitativo de viaturas	07	06	07	11

2 - RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, é urgente o fortalecimento constante da Polícia Rodoviária Federal para o enfrentamento da violência no trânsito brasileiro.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também

transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de um local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se, por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes estará distribuída em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável a sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, em que os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7

dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

No Espírito Santo, a Polícia Rodoviária Federal atua na fiscalização e policiamento de 764,7 km de rodovias. No ano de 2007, ocorreram 5.809 acidentes na circunscrição da 12ª SRPRF/ES. Desse total, 3.709 foram sem vítimas. 1.921 com feridos e 179 com mortos. Esses números são reflexo da precária malha rodoviária e sobretudo da imprudência dos condutores. As causas mais comuns são o excesso de velocidade, ultrapassagens em locais proibidos e não manutenção de distância regulamentar.

Na tentativa de minorar esses números, a Polícia Rodoviária Federal conta com 234 policiais federais em solo espiritosantense cujo trabalho resultou em 26.437 autos de infrações, 959 CNH's recolhidas, 505 documentos apreendidos e 3.666 veículos retidos de um total de 89.851 fiscalizados.

No combate à criminalidade, podemos ressaltar a apreensão de 12.845 gramas de cocaína, 1.015 de crack e 321.919 de maconha. Apreensão de 79 armas, 757 munições. Registram-se 581 detenções por tráfico de entorpecentes, roubo ou furto de veículos, contrabando e descaminho, crimes de trânsito e ambientais.

3- ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

3.1 Os principais objetivos definidos para 2007:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

Estratégia 1: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

Falta de efetivo:

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão. Como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, nas sedes central e regional e nas delegacias. Para sanar este problema o DPRF tem feito gestão junto ao Ministério do Planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policias para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorria em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontece por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, arriscando-se no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT , que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos, visa verificar quais rodovias são mais movimentadas , e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. O crédito extraordinário, para compra dos contadores volumétricos foi liberado apenas em dezembro. Os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

Reforço nas ações de combate à criminalidade

Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate à criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate à criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais. Em 2007, foram capacitados 88 policiais.

Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Estratégias 1: Reforma de postos de fiscalização e Construção Delegacia da Serra.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e da superintendência eleva o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Dificuldades:

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

O recurso liberado pelo Departamento não foi suficiente para a realização de toda a demanda de reforma reprimida por longo período sem manutenção das instalações físicas.

Além disso, devido a necessidade de o DNIT reativar a balança existente na Serra/ES, fomos obrigados a iniciar a construção de nova Delegacia. Obra que está em fase de conclusão.

Estratégia 2: Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.

Dificuldades:

Falta de recursos para renovar 25% da frota anualmente como deveria ocorrer. Assim, foram adquiridas 07 (sete) novas viaturas operacionais e 01 (uma) administrativa.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa

Finalístico

Objetivo geral

Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública

Gerente de programa

Hélio Cardoso Derenne

Gerente Executivo

Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM

Indicadores ou parâmetros utilizados

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – ver anexo

Público Alvo

Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.1.1.2. Principais Ações do Programa

11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. Gestão das Ações

AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo

Projeto

Finalidade

Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, estradas federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.

Descrição

Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

12ª SRPRF/ES

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura

Coordenador nacional da ação

GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Responsável pela execução da ação no nível local

Oton Luis Rodrigues de Carvalho

Resultados:

Foram liberados R\$ 67.995,88 (sessenta e sete mil e novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos) para construção da Delegacia da Serra-ES cujas obras encontram-se em execução.

AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo

Projeto

Finalidade

Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.

Descrição

Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

12ª SRPRF/ES

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Administração de Redes

Coordenador nacional da ação

RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO

Responsável pela execução da ação no nível local

José Carlos Santos Ferreira

Resultados:

Valor executado: R\$ 510.462,12 (quinhentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e doze centavos). Aquisição de aparelho e equipamento de comunicação, de processamento de dados, máquinas e equipamentos energéticos e mobiliários em geral.

AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo

Projeto

Finalidade

Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.

Descrição

Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação Geral de Administração

Coordenador nacional da ação

FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA

Resultados:

Em 2007 foram adquiridos pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal e transferidos para a 12ª SRPRF/ES 7 (sete) veículos para o trabalho operacional e 1 (um) para o administrativo, totalizando R\$ 394.000,00 (trezentos e noventa e quatro mil reais). No corrente ano também foram leiloadas 17 (dezessete) viaturas que não mais serviam ao trabalho policial, apurando-se o valor de R\$ 128.800,00 (cento e vinte e oito mil e oitocentos reais). Assim, esta Superintendência iniciou o ano com 77 (setenta e sete) viaturas e terminou com 68 (sessenta e oito) como resultado das aquisições, transferências de outras unidades e sessões de outros órgãos federais, bem como do desfazimento de viaturas inservíveis.

4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa

Finalístico

Objetivo geral

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito

Gerente de programa

Hélio Cardoso Derenne

Gerente Executivo

Alvarez Simões Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Público Alvo

Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3. Gestão das Ações

Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

TIPO

Atividade

Finalidade

Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.

Descrição

Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

12ª SRPRF/ES

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Saúde e Assistência Social

Coordenador nacional da ação

JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS

Responsável pela execução da ação no nível local

Andréa Cristina Regis Ribeiro Secches

Resultados

Executado R\$ 7.249,61 (sete mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos). Aquisição de material educativo, esportivo e hospitalar.

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo

Atividade

Finalidade

Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Descrição

Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação de Ensino/DPRF

Coordenador nacional da ação

Neemias Gonçalves de Carvalho

Responsável pela execução da ação no nível local

Andréa Cristina Regis Ribeiro Secches

Resultados:

Valor executado: R\$ 42.877,57 (Quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo

Atividade

Finalidade

Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Descrição

Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.

Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação Geral de Operações

Coordenador nacional da ação

Coraci Ricardo Fernandes Vieira

Responsável pela execução da ação no nível local

Oton Luis Rodrigues de Carvalho

Resultados:

Valor executado: R\$ 447.045,17. Quatrocentos e quarenta e sete mil, quarenta e cinco reais e dezessete centavos. Aquisição de uniformes, material para manutenção de veículos, material de sinalização visual, manutenção de máquinas e equipamentos, manutenção e conservação de veículos

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo

Atividade

Finalidade

Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

Descrição

Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação de Inteligência

Coordenador nacional da ação

JOSEMAR MONTEIRO BARROS

Responsável pela execução da ação no nível local

Resultados:

Valor executado: R\$ 5.144,27 (cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos). Aquisição de equipamento para áudio, vídeo e foto.

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

Tipo

Atividade

Finalidade

Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Descrição

Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

DISAS/CGRH

Coordenador nacional da ação

MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA

Responsável pela execução da ação no nível local

Riceli Freitas Barbará

Resultados:

Valor executado: R\$ 8.775,40 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos). Aquisição de material de limpeza e higienização, aquisição de material hospitalar. Os materiais foram adquiridos no final do ano de 2007 e entregues no início de 2008. Informo que já se encontra definido um calendário de atividades de informação e conscientização dos caminhoneiros quanto à necessidade de uma boa saúde na prevenção de acidentes.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo

Atividade

Finalidade

Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.

Descrição

Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

DCC/CGO

Coordenador nacional da ação

GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO

Responsável pela execução da ação no nível local

Roger Gouvea Vasconcelos

Resultados:

Valor executado: R\$ 28.324,72 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos).

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de

Qualificação e Requalificação

Tipo

Atividade

Finalidade

Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição

Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Coordenação de Ensino

Coordenador nacional da ação

NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO

Responsável pela execução da ação no nível local

Andreia Cristina RegesRibeiro Secches

Resultados:

Valor executado: R\$ 5.254,85 (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo

Atividade

Finalidade

Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição

Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

12ª SRPRF/ES

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Assessoria de Comunicação Social

Coordenador nacional da ação

ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA

Responsável pela execução da ação no nível local

Edmar Moreira Camata

Resultados:

Valor executado: R\$ 11.653,40 (onze mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos). Aquisição de material gráfico para trabalho de prevenção de acidente de trânsito.

4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

4.1.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa

Apoio Administrativo

Objetivo geral

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos

Gerente de programa

Não Existe

Gerente Executivo

Não Existe

Indicadores ou parâmetros utilizados

Não Existe

Público Alvo

Governo

4.1.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados 09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3. Gestão das Ações

Ação 2000 Administração da Unidade 4.1.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo

Atividade

Finalidade

Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias

constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição

Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas

DPRF

Unidades executoras

DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução

Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN

Coordenador nacional da ação

Erinaldo Rodrigues Roberto

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)

Oton Luis Rodrigues de Carvalho

Resultados

Valor executado: R\$ 2.332.392,28 (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil e trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos. Aquisição de material de expediente, material para processamento de dados, para copa e cozinha, para manutenção de bens imóveis, material elétrico e eletrônico, material de proteção e segurança, material laboratorial, material hospitalar, assinatura de periódicos, locação de máquinas e equipamentos, conservação e manutenção de máquinas e equipamentos, serviço de energia elétrica, serviço de água e esgoto, aquisição de aparelho e utensílio doméstico, coleção e material bibliográfico, equipamento para

áudio e vídeo e foto, máquinas e utensílios diversos.

4.2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS : ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA EXECUÇÃO

AÇÃO: 1MC

DESCRIÇÃO: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 67.995,88

JUSTIFICATIVA: O valor descentralizado refere-se à construção da Delegacia da Serra. As obras se encontram em andamento aguardando licença da prefeitura para conclusão dos trabalhos.

AÇÃO: 1835

DESCRIÇÃO: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TEC. DA INFORMAÇÃO

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 510.462,12

JUSTIFICATIVA: Foram adquiridos equipamentos e maquinários de informática. A maior carência da Superintendência reside no sistema de comunicação de dados. Este ano a prioridade no setor será para suprir esta deficiência.

AÇÃO: 1F63

DESCRIÇÃO: AÇÕES PREVENTIVAS ASSOCIADAS A SEGURANÇA PÚBLICA NOS JOGOS PAN-AMERICANOS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 69.887,71

JUSTIFICATIVA: O ano de 2007 foi marcado pelos jogos pan-americanos. Assim, foram deslocados 27 policiais para reforçar a segurança no Rio de Janeiro. Ponto positivo: a Polícia Rodoviária Federal efetuou um relevante trabalho durante os jogos. Ponto negativo: redução do efetivo com conseqüente diminuição de operações nas rodovias, dificultando o combate à criminalidade e a fiscalização de infrações de trânsito.

AÇÃO: 2.000

DESCRIÇÃO: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 2.332.392,28

JUSTIFICATIVA: Pontos positivos na execução da ação: os procedimentos licitatórios foram concluídos com êxito. Ponto negativo: não houve a liberação de recursos suficientes para aquisição de toda demanda.

AÇÃO: 2346

DESCRIÇÃO: FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAIS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 40.575,81

JUSTIFICATIVA: Foram realizadas 513 autuações por infrações no transporte de passageiros. Ponto positivo: liberação de recursos para as operações. Ponto negativo: legislação pouco abrangente e esparsa dificultando uma fiscalização mais abrangente.

AÇÃO: 2347

DESCRIÇÃO: FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 9.520,86

JUSTIFICATIVA: A grande dificuldade de fiscalização do transporte de cargas esta na carência de equipamentos necessários à fiscalização, como balanças de precisão.

AÇÃO: 2524

DESCRIÇÃO: CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 42.877,57

JUSTIFICATIVA: Mesmo dentro das limitações orçamentárias, conseguimos, capacitar 88 Policiais Rodoviários Federais. Tal capacitação deu-se em cursos ministrados diretamente pelo DPRF e em treinamentos oferecidos por outros órgãos ligados à área de segurança pública e empresas privadas, através de convênios.

AÇÃO: 2723

DESCRIÇÃO: POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 447.045,17

JUSTIFICATIVA: Como ponto positivo podemos resaltar a compra de calça tática, camisa operacional e botas. Como negativo, ressalta-se a não aquisição de boné, cinto de guarnição, bem como o pequeno número dos itens adquiridos..

AÇÃO: 2816

DESCRIÇÃO: SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 5.144,27

JUSTIFICATIVA: Aquisição de equipamento de foto e vídeo para o setor de inteligência. Principais dificuldade: insuficiência de recursos para aquisição de novos e modernos equipamentos, necessidade de melhoria na segurança orgânica, pequeno efetivo policial e precariedade das instalações físicas. Pontos positivos: os equipamentos adquiridos têm facilitado o trabalho de investigação.

AÇÃO: 2C78

DESCRIÇÃO: ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERVIDORES DO DPRF.

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 7.249,61

JUSTIFICATIVA: Os recursos foram utilizados na aquisição de materiais visando a integração do corpo funcional, acompanhamento de servidores, aposentados e pensionistas que se encontram com alguma dificuldade física ou psicológica. Ponto negativo: necessidade de um melhor espaço físico e um veículo para as diligências do setor. Ponto positivo: recuperação de colegas ativos e aposentados.

AÇÃO: 4290

DESCRIÇÃO: ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 8.775,40

JUSTIFICATIVA: Diversas operações foram realizadas em 2007. A grande dificuldade foi a carência de equipamentos e materiais para realização de exames o que causa dependência de recursos dos parceiros das ações. O dado positivo foi a aquisição dos mesmos no fim do ano, o que facilitará os trabalhos no decorrer de 2008.

AÇÃO: 4526

DESCRIÇÃO: OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 28.324,72

JUSTIFICATIVA:

AÇÃO: 4572

DESCRIÇÃO: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES FEDERAIS

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 5.254,85

JUSTIFICATIVA: Capacitamos 08 (oito) servidores administrativos em cursos ligados à área administrativa, financeira e de recursos humanos.

AÇÃO: 4641

DESCRIÇÃO: PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 11.653,40

JUSTIFICATIVA: Aquisição de materiais gráficos. Ponto positivo: aquisição de banners e material de educação para o trânsito. Ponto negativo: os recursos foram liberados no fim de 2007, assim o material adquirido será utilizado no decorrer de 2008.

AÇÃO: 8545

DESCRIÇÃO: APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADA

RECURSOS DESCENTRALIZADOS: 76.499,60

JUSTIFICATIVA:

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 - Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

5.1.1 - Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : CGPLAM

5.2 - ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS (dados nacionais)

Número de Mortos 2006.....	6.116	2007.....	6.847
Número Total de Vítimas 2006....	72.177	2007.....	81.950
Im 2006= (6.116 / 72.177)x100=	8,47 %	Im 2007= (6.847 / 81.950)x100=	8,35%

Registrou-se um percentual menor na relação percentual de número de vítimas e número de mortos(no ano anterior foi registrado 8,47). Essa redução se deu em razão do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU/MJ e principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes. Houve um acréscimo de prisões por crimes de trânsito de 78,19 %, bem como o aumento de 0,31% no número de veículos fiscalizados (7.038.167) e significativo acréscimo nas fiscalizações eletrônicas e nas autuações, objetivando combater, principalmente, as condutas citadas anteriormente.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 2006	109.268	2007.....	123.120
Ia=(123.120/109.268)-1=	12,67%		

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF,

atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lideira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas mais de 44 toneladas de maconha e 4,25 toneladas de cocaína, número 36,86% superior que o registrado no ano anterior), ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais(apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

5.3 - DADOS DO ESPÍRITO SANTO

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Mortos 2006.....211 2007.....218

Número Total de Vítimas 2006....2.914 2007..... 3.358

Im 2006= (211/ 5.783)x100= 3,64 % Im 2007= (218/3.358)x100= 6,49%

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 20065.783 2007..... 6.239

Ia=(6.239/5.783)-1= 0,07%

Dos dados supracitados, percebe-se que apesar do crescimento do índice de mortes no Espírito Santo no decorrer de 2007 (3,64% em 2006 X 6,49% em 2007), ainda estamos abaixo do resultado nacional (8,35%). Entretanto, o esforço dessa administração é para reduzirmos ainda mais esse indicativo. Assim, estão sendo programadas diversas atividades ao longo deste exercício visando diminuir este índice. Um exemplo foi o esforço desenvolvido na operação carnaval. Nessa época foi empregado todo efetivo nas rodovias. Férias foram suspensas. Policias que executam suas atividades no trabalho administrativo foram convocados para reforçar o serviço operacional. Como resultado, alcançamos uma redução de 4 (quatro) para 3 (três) o número de mortes em relação ao ano de 2007, o que representa 25% de redução apesar do aumento do tráfego de veículos e o acréscimo da malha viária.

Um dado que consideramos importante foi a baixa taxa de variação de acidentes. Mesmo com um grande aumento do fluxo de automóveis em nossas rodovias, conforme explanação acima, esse indicador permaneceu estável (0,007%). Esse fato nos motiva continuar trabalhando para que tenhamos uma taxa negativa nos próximos levantamentos

PROGRAMA 1386 (ver tabela Memorial de Cálculo anexa)

METAS FÍSICAS: 50,40% dos postos, considerados adequados.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....46,43 % (ver

tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....61,90 % (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....42,86 % (ver tabela em anexo)

$$\text{Icaif}=(46,43\%+61,90\%+42,86\%)/3= 50,40 \%$$

Comparativo 2006/2007

% de postos adeq. Fisicamente..... 47,50% (2006) 46,43 % (2007) --->
piora

% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf .. 73,33% (2006) 61,90% (2007) --->
piora

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....40,00% (2006) 42,86% (2007) ---->
melhora

$$\text{Icaif}=(47,50\%+73,33\%+40,00\%)/3=53,61$$

O indicador informa que 50,40 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve uma piora na qualidade dos postos que em 2007 obteve um índice de 53,61 %

De 2006 para 2007 foram reformados os postos e a sede administrativa. Entretanto diante das necessidades, a reforma não solucionou todos os problemas encontrados. Isso se deve ao longo período sem reforma, bem como ao pequeno valor liberado para atender as demandas acumuladas.

Uma necessidade urgente é a construção da nova Sede administrativa. Frisa-se que a atual é uma adaptação de antigas residências utilizadas por engenheiros do antigo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens). Assim, fica patente a falta de estrutura para execução de um trabalho a contento.

A fim de resolver o problema de estrutura acima relatada, estão sendo feita gestão junto ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal para a construção da nova Sede.

Com relação à tecnologia da informação, cumpre informar a necessidade constante de atualização do parque informatizado frente ao aumento da demanda. Apesar da aquisição de novas tecnologias, há uma demanda por melhorias da comunicação via rádio, o que teve uma avaliação baixa. Informo, que a prioridade para o ano corrente é a melhoria desse sistema. Ressalta, ainda, que já foram adquiridos equipamentos de informática para substituir o atualmente encontrado nos postos.

No que tange à adequação de viaturas, a melhoria do índice se deve a aquisição/transferência de 14 (quatorze) viaturas novas, 02 (duas) semi-novas e 01 (uma) guarda provisória. Assim, foi possível a alienação através de leilão de 17 viaturas que já se encontravam obsoletas.

6 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.

A Polícia Rodoviária Federal não possui servidores ligados á previdência complementar patrocinada.

7- INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL.

No exercício de 2007, a 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal não beneficiou nenhuma instituição com renúncia fiscal.

ANEXO A – Demonstrativo de Tomada de Contas Especiais

No exercício de 2007 não foram instauradas Tomada de Contas Especiais no âmbito da 12ª Superintendência de Regional de Polícia Rodoviária Federal, de sorte que não foram verificadas ocorrências relacionadas a recolhimento do débito antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, na forma do item 12 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma esteira, em atendimento ao item 14 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, cabe consignar que não foram verificadas Tomadas de Contas Especiais cujo valor seja inferior àquele estabelecido pelo Tribunal em normativo específico, conforme inciso I do art. 7º da Instrução Normativa nº 13/1996

ANEXO B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

PROCESSO Nº 08.667.001.526/2007-60

NOME: NAGISLA PATRÍCIA FERREIRA MILITÃO

CARGO: POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

a) Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar as circunstâncias do extravio do armamento pistola calibre 40, marca taurus, modelo PT 100, nº de série SQL 57249, carregador e munição que se encontravam sob responsabilidade da referida servidora.

b) Portaria de instauração nº 077, de 14 de maio de 2007, publicada no Boletim de serviço nº 09 de 21/05/2007 – PROCESSO REDESIGNADO, encontra-se em instrução pela Comissão Processante.

PROCESSO Nº 08.667.002.673/2003-01

a) Processo Administrativo instaurado para apurar a responsabilidade pelo furto da espingarda calibre 12, marca CBC, patrimônio 405022.

b) Situação atual: arma apreendida pela Polícia Civil do ES atualmente à disposição do Cartório do 2º Ofício da cidade de Jaquaré/ES tendo em vista a utilização da mesma em crime. Aguardando resposta do Juiz de Direito responsável pelo fórum acerca do andamento do processo, bem como da possibilidade de reintegração ao patrimônio da 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do bem furtado.

ANEXO C – Despesa com cartão de crédito corporativo

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
R\$ 733,15	R\$ 1.320,90	R\$ 806,04

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Lancetas e fitas para testes	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	192,00
Cartucho HP 640	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	34,90
Aquisição de ATA	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	34,20
Aquisição material hidráulico	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	97,00
Material hidráulico	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	14,00
Material médico	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	120,00
Material médico – lancetas	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	42,97
Aquisição de bolsa para máquina	Despesas eventuais de pequeno vulto	LUIS FELIPE FELIPE DA SILVA	23,90
Aquisição de lampada bip 6/35	Despesas eventuais de pequeno vulto	EDSON LUIZ BUBACH	38,70
Pilha recarregável marca Sony	Despesas eventuais de pequeno vulto	EDSON LUIZ BUBACH	34,99

Devolução	Multa por atraso paga pelo responsável pelo cartão	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	2,38
Material de expediente	Despesas eventuais de pequeno vulto	PAULO SÉRGIO BINS	157,00
Aquisição de Livro Ata		PAULO SÉRIO BINS	14,00
Total			806,04

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
R\$ 1.130,00	R\$ 1.855,00	4.284,00

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de utensílios para cozinha	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINICIUS XAVIER TEIXEIRA	520,94
Aquisição material hidráulico	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXERIA	164,06
Aquisição material para reparo imobiliário	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA	80,00
Aquisição material para reparo rede elétrica	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA	735,00
Serv. De higienização ar condicionado	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA	300,00
Serv. Instalação de sist. PABX	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA	350,00
Aquisição suporte rádio e computador	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER	250,00

R\$ 130,00 Aquisição de roldana para portão R\$ 120,00		TEIXEIRA	
Serviços de manutenção elétrica	Despesas eventuais de pequeno vulto	VINÍCIUS XAVIER TEIXEIRA	600,00
Aquisição de de cabo de USB (R\$ 40,00) e cópias coloridas (R\$ 90,00)	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	130,00
Aquisição de Cabo para inst. De informática	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	30,00
Pagamento de sedex (R\$ 32,50) Serviço de fotocabeamento (R\$ 67,50)	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	70,00 30,00
Serviço de impressão	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	10,00
Confecção de placas de homenagem	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	100,00
Aquisição de material de construção (R\$ 25,60) Encadernação em plotagem (R\$ 152,00) Devolução de R\$ 1,40	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	180,00
Aquisição de bateria R 69,00 Aquisição de regulador de gás R\$ 13,30 Devolução R\$ 49,70	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	132,00
Serv. De manutenção de impressora R \$ 145,00	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	146,00

Sobra de R\$ 01,00 que foi utilizado para completar o pag. De 01 coador de café			
Compra de 01 coador de café R\$ 05,00	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	4,00
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de baterias R\$ 17,00 Granpo para fixar fio tipo garra R\$ 13,00	Despesas eventuais de pequeno vulto	ROBERTO BARTOLINI COUTINHO	10,00 20,00
Aquisição de equipamentos eletrônicos R\$ 420,94 Devolução de R\$ 1,06	Despesas eventuais de pequeno vulto	LUIS FELIPE FELIPE DA SILVA	400,00 22,00
Totais			4.284,00

ANEXO D – Recomendações de órgão de controle.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Controladoria-Geral da União

Número:
208287-01

Solicitação de Auditoria

Vitória (ES)
25/02/2008

Unidade: 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

Com vistas a subsidiar os trabalhos de auditoria que estão sendo realizados nessa Unidade/Entidade, conforme Ofício nº 4257/2008/CGU-ES/CGU-PR, de 25/02/2008, e em consonância ao disposto no artigo 26 da Lei nº 10.180, de 06/02/2001, solicitamos a V.S^a. o que segue, informando que, para agilizar os trabalhos, as respostas aos questionamentos efetuados devem ser encaminhadas ao Coordenador da equipe de auditoria, também em meio magnético:

- a) Disponibilizar cópia dos documentos contendo as recomendações e as determinações expedidas pelo TCU destinadas à Unidade, no período sob exame, ainda que os fatos sejam relativos a exercícios anteriores;

Prazo para Atendimento: 27/02/2008

- b) Informar as providências adotadas com relação às diligências, determinações ou recomendações formuladas pelo TCU no período sob exame, apresentando, se for o caso, justificativas para todas as diligências não atendidas, bem como para todas as determinações ou recomendações não implementadas. Anexar documentação comprobatória;

Prazo para Atendimento: 27/02/2008

- c) Informar as providências adotadas com relação às diligências e recomendações destinadas a essa Unidade, constantes dos Relatórios de Acompanhamento da Gestão nsº 199544 e 200875 respectivamente, de 14 de dezembro de 2007, da CGU/SFC. Para o caso de eventual não atendimento apresentar as respectivas justificativas, anexando os documentos que as fundamentem, ainda que os fatos

sejam relativos a exercícios anteriores.

Prazo para Atendimento: 27/02/2008

- d) Encaminhar o processo de Tomada de Contas observando prazo e condições previstos no subitem 4.5 da NORMA DE EXECUÇÃO Nº 05, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007, aprovada pela PORTARIA CGU Nº 1950, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007.

Prazo para Atendimento: vide legislação citada

- e) Disponibilizar os processos relativos a concessão e prestação de contas referentes utilização de suprimentos de fundos, inclusive por meio de cartões de crédito, especificamente para as ações 1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública e ação 2000 – Administração da Unidade.

Prazo para Atendimento: 27/02/2008

- f) Disponibilizar os processos licitatórios, dispensa, inexigibilidade e a execução dos contratos referentes à Ação 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, à Ação 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública e à Ação 2000 - Administração da Unidade..

Prazo para Atendimento:

27/02/2008

- g) Disponibilizar os processos os processos de pagamentos de diárias referentes à Ação 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, à Ação 1F65 – Implantação de Infra-estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública e à Ação 2000 - Administração da Unidade..

Prazo para Atendimento:

27/02/2008

Cabe observar que, para que sejam divulgados por essa Entidade/Órgão na internet, os esclarecimentos e justificativas de irregularidades ou impropriedades que venham a ser apontadas no relatório, conforme assegurado pelo Decreto nº 3591, de 06/09/2000, Art. 20-B, § 2º, tais informações devem ser apresentadas à equipe de auditoria no decorrer da fase de apuração, definida na Portaria CGU nº 555, de

28/12/2006.

COORDENADOR DA EQUIPE DE AUDITORIA

Recebimento – Unidade

Resposta aos questionamentos da SA 208287.

OFÍCIO nº 2399/2007 - GAB. SUPER.

Vitória/ ES, 05 de dezembro de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor

David Lemos Rosa

Chefe da Controladoria-Geral da União no Estado do Espírito Santo

Rua Pietrângelo de Biase nº 56, 4º andar, Centro / Ministério da Fazenda.

Vitoria - ES - CEP 29010-190

Assunto: **Resposta solicitação de Auditoria Final – OS nº 200875**

Senhor Auditor,

1. Em resposta à solicitação de Auditoria final – OS nº 200875, expomos abaixo informações sobre os apontamentos levantados pela equipe de auditoria coordenada pelo Analista de Finanças e Controle, o Sr. Marco Fonseca Santos, a saber:

h) 1.1 – Resposta conforme memorando nº 234/2007-NMP.

- i) 1.2 - Resposta conforme memorando nº 234/2007-NMP.
- j) 1.3 – A Administração reconhece a falha nos termos da legislação específica, citada, porém, informamos ter agido sob a égide do art. 65, parágrafo 8º da Lei 8.666/93. Assim, informamos que tomaremos as devidas providências quando da emissão de novo empenho para cobertura contratual no exercício financeiro vigente.
- k) 1.4- A Administração reconhece a falha nos termos da legislação específica, citada. Assim, informamos que tomaremos as devidas providências quando da classificação destes materiais.
- l) 1.5 - A Administração reconhece a falha nos termos da legislação específica, citada. Assim, informamos que estaremos atentos quando da celebração de novos contratos.
- m) 1.6 - A Administração reconhece a falha nos termos da legislação específica, citada. Assim, informamos que estaremos atentos quando da celebração de novos contratos.
- n) 1.7 - Administração reconhece que houve falha formal, quando da não inclusão no contrato o número da nota de empenho, mas sua assinatura ocorreu em 25 janeiro de 2007, após a emissão da respectiva nota de empenho de nº 2007NE90004 datada de 25 de janeiro de 2007 e que a mesma foi publicada no extrato do contrato, comprovante anexo.
- o) 1.8 - Quando da realização da licitação o sistema COMPRASNET não estava preparado para a realização da licitação por desconto, assim adotávamos como valor de contrato o valor estimado já aplicado o desconto. Quando da publicação o sistema COMPRASNET já estava preparado para a publicação de licitação com

maior desconto, considerando como resultado da licitação o valor estimado para contratação. Situação essa que só foi de conhecimento da administração quando da publicação do extrato de contrato. Informamos que retificamos a publicação, comprovante anexo.

p) 1.9 - A carga horária maior ocorreu devido a solicitações dos próprios funcionários. Porém, houve a devida compensação pelas horas excedentes trabalhadas. De todo modo, não estaremos mais autoizando esse tipo de compensação de horário entre os funcionários.

q) 1.10 – vide resposta do item 1.3.

r) 1.11- Reconhecemos a falha, informando que já contactamos o fornecedor visando emissão da guia de correção da nota fiscal. E ainda que estaremos atentos a esse tipo de falha daqui por diante.

Resposta solicitação de Auditoria Final – OS nº 199544

1.1 - Reconhecemos a ausência das inclusões em tempestivamente, informando que as providências para a referida inclusão já foram tomadas.

1.2 – Não reconhecemos que houve falha no planejamento, haja vista que o processo para a celebração de novo contrato foi aberto em tempo hábil, porém, por conta de demora na tramitação do mesmo e por não haver orçamento liberado para o exercício corrente tivemos que aguardar sua aprovação para dar continuidade aos procedimentos licitatórios. Para minimizar o impacto da falta de manutenção realizamos neste período o remanejamento das viaturas com vista a não prejudicar as atividades operacionais.

1.3 – Resposta conforme memorando 071-GF/2007, anexo.

1.4 – Resposta conforme memorando nº 358/07/DEL 01/12ª/DPRF/MJ/ES, anexo.

2. Informo, ainda, que quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas junto a Seção Administrativa e Financeira desta regional.

Atenciosamente

SAINT'CLAIR SOARES DOS SANTOS
Superintendente Regional
12ª SRPRF/ DPRF

ANEXO E – Transferências realizadas

A 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não possui convênio de despesa vigente, de sorte que inexistem transferências realizadas na forma prevista no item I-1.3 do Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

Na mesma linha, não possui projetos ou programas financiados com recursos externos ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, nos termos do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007.

CRÉDITOS CONCEDIDOS

Não foi concedido nenhum crédito no exercício de 2007.

CREDITOS RECEBIDOS

A Unidade Orçamentária recebeu destaques de outros Órgãos no valor de R\$ 306.884,27 (trezentos e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos) para custear despesas compartilhadas e previstas em termos de cooperação técnica ou convênios, conforme quadro a seguir:

Projeto	Atividade	Finalidade	Créditos Recebidos
1F63	Ações preventivas associadas à segurança pública nos Jogos Pan-americanos	Custeio de despesa referente aos trabalhos desenvolvidos nos Jogos Pan-americanos.	69.887,71
1F65	Implantação de infra-estrutura e de sistemas vitais de suporte	Implementação do serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU.	110.400,29
2346	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual	Convênio firmado para atuação na fiscalização de transportes rodoviários de passageiro .	40.575,81
2347	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de cargas	Convênio firmado para atuação na fiscalização de transporte de cargas.	9.520,86
8545	Apoio à repressão qualificada	Custeio de despesas referente aos trabalhos desenvolvidos nos jogos pan-americanos pela Polícia Rodoviária Federal.	76.499,60

ANEXO F – Encaminhamento ao órgão de controle interno dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão, admissão e desligamento.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	00	00
Desligamento	01	*
Aposentadoria Voluntária	06	*
Aposentadoria Compulsória	00	00
Pensão Vitalícia	01	*
Pensão Temporária	00	00

- **Os registros no SISAC são de exclusiva competência da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.**

CONCLUSÃO

A 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem o seu campo de atuação prioritariamente na circunscrição do estado do Espírito Santo, estado marcado pelo auto índice de violência que perdura há alguns anos, fruto de um crescimento desordenado e da presença insuficiente de ações sociais capazes de reverter o caos a que chegamos.

Entretanto, nos últimos anos a sociedade capixaba tem reagido a esse estado de letargia que tanto contribuiu para o crescimento da criminalidade no Espírito Santo. As diversas forças policiais da União e do Estado têm procurado atuar de maneira mais dinâmica e sintonizada com a população diretamente afetada. Não podemos deixar de ressaltar diversas ações de governos locais objetivando a diminuição dos bolsões de pobreza e violência.

Nesse contexto, a 12ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu o seu trabalho em 2007 visando contribuir para reduzir a violência no âmbito de sua atuação. Para tanto, buscou-se um trabalho próximo das comunidades margeadas pelas estradas e rodovias federais. Bem como uma atuação integrada com os diversos órgãos de segurança.

Como consequência de nossa atuação, foram inúmeras as apreensões de todo tipo de droga, a recuperação de veículos furtados ou roubados, a detenção de inúmeros acusados de cometimento dos mais variados delitos, conforme demonstrado neste Relatório.

Outra missão que muito nos orgulha é a luta pela redução dos acidentes de trânsito. É do conhecimento de todos a carnificina que é o trânsito brasileiro. A todo dia perdemos crianças, jovens e adultos em função da imprudência dos nossos motoristas, da falta de educação de nossos pedestres e pelas condições de nossa malha viária.

Na busca pela redução dos acidentes de trânsito e a consequente redução de suas vítimas. Terminamos o ano com o sentimento do dever cumprido. Foram as inúmeras atuações, as diversas campanhas educativas e a marcante presença ao longo de nossas rodovias que certamente impediram um avanço no número de vítimas de nosso trânsito, a despeito do grande aumento do fluxo de veículos em nossas estradas.

Assim, não obstante as enorme dificuldades encontradas ao longo de 2007, damos como encerrada nossas atividades com êxito. Os eventuais insucessos que logramos em algum momento de nossa caminhada servirão para o aprimoramento de nossas futuras ações.

FÁBIO RODRIGUES DA SILVA

Superintendente